

Economia na PUC-Rio: notas de uma testemunha

Gustavo H. B. Franco¹

Já se passaram mais de 30 anos desde que a minha experiência com a PUC teve início. Fui aluno de graduação (1975-79), e do mestrado (1980-82), professor assistente (1986-90) e associado (1990-93), sempre em tempo integral, e depois de uma experiência no serviço público, principalmente no Banco Central do Brasil (1993-99), retornei ao Departamento como professor de tempo parcial, posição em que me encontro hoje. Ocupei cargos de administração, coordenação e planejamento acadêmico, orientei dezenas de monografias e teses, ofereci cursos de natureza diversa e contribuí de forma relevante para a produção acadêmica no Departamento em várias áreas. Assim sendo, assisti, mas também fui protagonista do desenvolvimento do projeto acadêmico que se iniciou ao final dos anos 1970 e que levou o Departamento de Economia da PUC-Rio a se tornar um dos mais destacados centros de excelência na disciplina no país.

É cedo para escrever uma História e celebrar a consolidação definitiva deste projeto, a despeito das marcas que seus participantes já deixaram na formação de quadros, na produção acadêmica, nas práticas empresariais e na própria condução da política econômica do país. Seus fundadores ainda se sentem muito jovens para permitir que historiadores se debrucem sobre suas trajetórias. Por isso, o relato que se segue ficou limitado a um olhar pessoal sobre o desenvolvimento da instituição e apenas ligeiramente sobre o lugar deste projeto no pensamento econômico nacional. O que segue, portanto, são impressões de uma testemunha, não totalmente inocente, um de muitos depoimentos que poderão contribuir, no futuro, para compor uma narrativa mais articulada da formação e desenvolvimento desta instituição.

1. 1975-79: O que fazer depois da Revolução?

Em 1975, aos olhos de um candidato a economista, a PUC-Rio não era como as outras escolas de economia do Rio de Janeiro, que tinham uma identidade ideológica muito nítida. De um lado, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), uma escola

¹ Professor do Departamento de Economia da PUC, ex-Presidente do Banco Central do Brasil, e sócio fundador da Rio Bravo Investimentos.

de esquerda, dita de “tradição cepalina”, contava com quadros do quilate de uma Maria da Conceição Tavares e fazia progressos em desenvolver o ensino e pesquisa na área de economia industrial. No outro extremo do espectro, a EPGE-FGV (Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas), liderada pelo professor Mario Henrique Simonsen, tinha boa parte de seus professores com doutorados na Universidade de Chicago e passagens pelo governo. A UFRJ oferecia o curso de graduação em economia, mas não a FGV, onde, todavia, havia um substituto próximo, a graduação em Administração Pública na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública), onde muitos dos professores eram os da EPGE.

Estávamos no começo do governo Geisel, com o regime militar entrando em sua fase final, a “abertura política” iniciando o seu lento caminhar. O debate econômico ia ganhando mais espaços e mais ressonância, na medida em que ia crescendo a polarização entre os economistas “governistas” agrupados em torno da EPGE e do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia, onde ficava a pesquisa da FGV, e mais, durante muitos anos, as contas nacionais e, até hoje, o cálculo dos índices de preços) e os “de oposição”, basicamente todo o resto. A USP, um caso a parte talvez, posto que dividida entre uma ala “delfiniana” e outra genuinamente de oposição. No campo estritamente econômico, todavia, o debate era bem menos óbvio do que na política. O desempenho da economia durante o governo militar vinha sendo bom, a despeito de muitas ressalvas, e os planos econômicos do governo Geisel – o famoso “Segundo PND” – não se mostravam propriamente contraditórios ao ideário nacional desenvolvimentista ao qual a oposição buscava se associar. Embora muitos anos tivessem que passar até que textos simpáticos ao “Segundo PND” começassem a emanar dos arraiais da oposição (destacadamente de Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro), e mesmo para que o ex-Czar econômico Delfim Netto merecesse homenagens (incluindo o convite para o Ministério) do Presidente Lula, não era difícil para um estudante perceber que o debate econômico nada tinha de óbvio. A política econômica do governo Geisel tinha muitos apoios empresariais e profissionais, e o ambiente universitário em que entrei na segunda metade dos anos 70 já não era tão conflagrado quanto nos primeiros anos depois do AI5. O tempo era de redemocratização, de definição de espaços e personalidades, onde as idéias podiam aparecer com nomes e sobrenomes. Era como se, antevendo ou em sintonia com o

estabelecimento do direito de escolher, os produtores de teses e modelos estivessem se posicionando para a competição no contexto de Democracia que já se avizinhava.

Minha recordação temática mais significativa, e muito sintomática, dos tempos de estudante de graduação era a “controvérsia sobre a distribuição da renda”, onde se misturavam vários tipos de críticas à política econômica dos governos militares, procurando associar o alto crescimento, que era, em si, difícil de atacar, à concentração de renda, geralmente medida através dos inesquecíveis “coeficientes de Gini”. Boa parte da polêmica se desenrolou em torno dos resultados do Censo de 1970, da tese segundo a qual o crescimento era alto mas “concentrador” e de diversos textos de Carlos Geraldo Langoni sobre a “rentabilidade social” do investimento em educação. Anos mais tarde, lembro de ter ouvido do próprio Langoni, que nunca conseguiu entender bem a “controvérsia”, pois tudo o que fez foi replicar resultados internacionais consagrados no terreno da correlação entre escolaridade e renda, que levavam à inofensiva recomendação de maiores investimentos em educação. Como foi possível, ele perguntava, que um trabalho como esse gerasse tanta polêmica?

Bem, Langoni não era propriamente apartidário; seu livro era prefaciado pelo próprio Delfim² e, é claro, havia muito mais em jogo do que um modelo econométrico³. O episódio foi muito educativo tanto sobre polêmicas no Brasil, quanto sobre essa época confusa onde, genericamente, e para o bem da construção do nosso futuro, era preciso lidar com as feridas deixadas pelo regime militar, e a Academia estava a caminho de deixar a militância e retornar à monotonia meritocrática da busca pela excelência. Aliás, “retornar” talvez não fosse bem o termo, por que o mundo acadêmico brasileiro, como depois teria mais claro, não era propriamente um templo ordenado pela máxima anglo saxã: “*publish or perish*”. Antes pelo contrário, havia “historicismo” e aversão à matemática à direita e à esquerda, com honrosas exceções. Talvez apenas após o desembarque das primeiras levadas de PhDs formados no exterior é que a Academia brasileira foi se ajustando, e bem lentamente, ao cânone internacional. Por outro lado, as

² Carlos Geraldo Langoni “Distribuição de renda e desenvolvimento no Brasil” Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973.

³ É fascinante revisitar a controvérsia com um olhar contemporâneo. O volume editado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (organizadores) “A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento”, editado pela Zahar, tinha prefácio de Fernando Henrique Cardoso, com alusões ao “comprometimento social dos economistas críticos” (*sic*) e textos tanto de Belluzzo, Serra, Singer e Conceição Tavares, quanto de Fishlow, Bacha, Malan e Wells.

lutas políticas tinham consagrado heróis, que era preciso proteger ou recompensar, não exatamente pela produção acadêmica, e as práticas anteriores ao período de lutas contra a Ditadura também não eram propriamente as de hoje. Na verdade, a lógica simples segundo a qual a excelência acadêmica deve ser o objetivo da Academia parecia algo reacionário, burguês, ou “neoliberal”, usando a linguagem de hoje. Não era disso que falavam os discursos nas formaturas que eu freqüentava, inclusive o que foi proferido na minha. Naqueles tempos, não havia juramento de formatura, qualquer que fosse a profissão, onde não se dissesse que o conhecimento ali entregue, geralmente na forma simbólica de um canudo de papel em branco, tinha de ser usado "para a transformação social". Eram formaturas bem menos festivas que as de hoje, pois eram menores as frestas por onde se podia expressar contrariedade. Em nossos dias, o politicamente correto das formaturas se tornou inofensivo, e mesmo rarefeito, embora ainda sirva como ritual de iniciação para uma maldição vitalícia a ser enfrentada por todos os bacharéis: a patrulha.

A patrulha era fortíssima naqueles tempos, muito mais que hoje, cabendo separar duas de suas manifestações, uma corporativa e outra política. Em primeira instância, a patrulha atacará a pretensão do bacharel de possuir alguma sabedoria que não possa ser adquirida na "escola da vida". Afinal este era, mais que hoje, o país da improvisação e do amadorismo. O economista então, esse pobre coitado que milita numa área onde todos têm opinião, convive desde o seu nascimento com a acusação de que seu saber não tem nada de especial. De outro lado, sob o ângulo político, os formandos serão lembrados que o diploma deve estar a serviço da Transformação Social. A mensagem não era muito sutil: a menos que sua profissão fosse a caridade, a única forma de redenção era a militância política, e muitos dirão que apenas as modalidades revolucionárias contavam.⁴

É claro que o duplo ataque das patrulhas, afetando tanto a meritocracia e a técnica, quanto a prioridade do profissional de economia, tinham como resultado levar o ambiente acadêmico na direção da mediocridade. Era visível a ideologização de qualquer tentativa de se aprimorar a produção acadêmica e suas métricas. Nada disso parecia importante diante das patrulhas, e do entendimento que procuravam estabelecer sobre a

⁴ Ver “As patrulhas do social”, em Gustavo H. B. Franco “Crônicas da Convergência” Rio de Janeiro, Editora Topbooks, 2006.

natureza do “verdadeiro” trabalho do economista. A Nova República, meia década depois, estabeleceria um lema simples para as finanças públicas que me parecia totalmente alinhado com as patrulhas: "tudo pelo social". E justamente em função dessa regra, produziríamos a Constituição de 1988, a hiperinflação e, pior que tudo, uma Escolha de Sofia na eleição de 1989. A patrulha que confunde "o social" com a irresponsabilidade fiscal, em total despreço pela boa técnica profissional, estaria comigo todos esses anos, e continua bem viva em nossos dias.

Não sei bem dizer de onde veio o encantamento com a profissão que me levou a prestar os exames da ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós Graduação em Economia) e também o exame, que era avulso na ocasião, para a EPGE. Era o tempo dos grupos de estudo, onde o tema recorrente era o desafio de construir uma prática acadêmica e profissional de forma ideologicamente neutra, o que sempre nos levava a cair na mesma armadilha: não existe neutralidade científica, “pertencemos” ao objeto que estudamos, e organicamente dentro de uma “classe”, o que distorce nossa perspectiva e impossibilita a neutralidade. É preciso escolher, ou você está com a classe operária e o marxismo, ou com a burguesia. Armadilha tola levando amiúde a escolhas idiotas, pelas quais a pessoas se arrependiam por muitos anos. Em 1975 eu comecei a cursar simultaneamente economia na PUC e Administração Pública na EBAP que acabei abandonando, abatido pela reprovação (por incompatibilidade de gênios) em “Administração de Material”. O fato é que a graduação em economia não parecia servir de passaporte para lugar algum que não fosse a pós-graduação.

As seções preparatórias para os exames da ANPEC, geralmente em grupos de estudo, eram exatamente como as reuniões que fazíamos para empreendimentos próprios da idade, como ler o Capital, ou algo caracteristicamente antítese do Capital (por exemplo, Os Estágios do Crescimento Econômico de Rostow), ou para discutir outras tantas inquietudes típicas para as quais a faculdade não nos fornecia material para trabalhar, exceto por professores e leituras pertencentes ao anedótico. Na PUC era possível tomar matérias eletivas em outros departamentos, e a experiência de cursar Ciência Política encerrou-se quando me debrucei sobre uma lista de leitura de onde constava um texto de Josef Stalin, em pessoa, além de doses acachapantes da indefectível Marta Hannecker. As meninas da sociologia eram mais bonitas, mas, infelizmente,

pareciam levar muito a sério a lista de leitura, onde não cabia nem mesmo um Alain Tourraine, considerado reacionário. Já na EBAP, os cursos de economia oferecidos pelos professores da EPGE estavam repletos de Milton Friedman e Arnold Harberger, também de uma forma muito arrogante, difícil de engolir. Época difícil de se trabalhar: o tempo e o fascínio da Revolução já tinham passado, a pregação dos “Chicago Boys” parecia estranha aos hábitos locais, e havia um país por construir.

O material de estudo para o exame da ANPEC era, como se diz até hoje, “plural”. Em retrospecto, considerando o tempo que dediquei à leitura de Michael Kalecki (era “chique” pronunciar-se “caletzki”, conforme se dizia ser, segundos fontes da UFRJ, a pronúncia polonesa correta, algo que ainda carece de confirmação) e às teses (de livre docência, ou de doutorado, lembro apenas que eram duas, que não me lembro se foram, afinal, publicadas) da professora Maria da Conceição, parece-me que era “plural” em excesso. Hoje em dia, o material exigido pelos exames da ANPEC continua muito plural, especialmente para a prova de economia brasileira, onde a mistura lembra um governo de coalizão. Lá no final dos anos 70, quando tomei o exame, ouvia dizer, de fontes do interior da PUC, que realmente importante era a prova escrita de economia brasileira, na qual, no fundo, podia se avaliar se o aluno sabia escrever. Entretanto, anos depois, é curioso que, na medida em que a ANPEC foi se tornando mais “mainstream” (tem 33 centros membros, ou associados, hoje, contra não mais que uma dúzia nesta época), a métrica foi se invertendo. Hoje, os exames ditos “objetivos” tem peso 100% na PUC, e a prova de economia brasileira é avaliada apenas “qualitativamente”. O exame da ANPEC foi se tornando mais semelhante a um vestibular, com ingredientes do GER (Graduate Record Examination) americano, mas a “economia política”, “história do pensamento” e “economia brasileira”, que são as especialidades ocupadas quase que exclusivamente pelo pensamento de esquerda, acham o seu espaço na prova de economia brasileira. Na Unicamp, conforme se vê pelo “site” da ANPEC, os “pesos” das provas objetivas *vis-à-vis* as de economia brasileira, são exatamente o inverso do que a PUC pratica, ou seja, peso zero para matemática, estatística, micro e macro.

Fui bem sucedido tanto na ANPEC quanto nos exames para a EPGE, cujo sistema era de matérias trimestrais, com aulas começando em janeiro, ao passo que a PUC começava em março. E assim, em janeiro de 1980, comecei na EPGE, mas logo tomando

um curso oferecido pelo Professor Mario Henrique Simonsen, junto com os cursos iniciais de matemática e microeconomia, aliás, chatíssimos.

Ver Simonsen em ação, como professor, foi uma experiência inesquecível, uma descoberta maravilhosa que alimentava um otimismo básico sobre os poderes da Razão. O que havia em torno dele, todavia, era bem menos estimulante. Já conhecia o ambiente da EBAP e da FGV, uma extensão do serviço público, com certas tonalidades de ESG (Escola Superior de Guerra). Para compensar a presença de Simonsen havia muitos professores que não impressionavam muito positivamente os alunos, senão, talvez, pelo vazo reacionário e dogmático próprio da escola. Não tínhamos aí propriamente uma meritocracia. A decisão foi pela PUC, mal completei o trimestre pela FGV.

O mestrado na PUC de fato se apresentava como “terceira via”, o que ficou claro aos alunos a partir de um pequeno livro de 1977, muito popular entre os alunos que faziam os exames da ANPEC. Chamava-se “Brasil: Dilemas de política econômica”, e tinha Dionísio Carneiro como organizador e entre os autores, além do próprio Dionísio, Malan, Chico Lopes, Rogério Werneck, Luiz Roberto Cunha, entre outros, vários assinando com professores da EPGE, mas já listados como professores da PUC no catálogo da ANPEC. Entre os alunos pouco se falava dessa “diáspora” que, segundo se dizia, tinha na raiz uma disputa, posterior à saída do Simonsen em 1974, pelo controle da escola com o grupo chefiado por Langoni. Pouco se sabia sobre isso, pouco importava aos alunos (na verdade, a bem dizer, nunca tive a curiosidade de perguntar sobre o que realmente aconteceu, mesmo depois que todos se tornaram meus colegas e amigos), o fato é que, para os que não quisessem uma escola marxista, nem uma reacionária, esta era a alternativa.

2. O Mestrado, 1979-82

O mestrado não foi a continuação da graduação, pois o Departamento de Economia da PUC estava em rápida progressão. O mestrando admitido em 1980 tinha a impressão de um restaurante recém aberto, tudo novo, cozinha impecável, todos motivados em agradar o cliente, no caso, a nós, alunos. No primeiro semestre do mestrado, a maior atração, uma que bem definia o espírito do novo programa, era uma disciplina intitulada “Estado e economia: a experiência histórica brasileira”. Era o curso

de economia brasileira do mestrado, porém dado a quatro mãos por Edmar Bacha e Maria do Carmo Campello de Souza, renomada e competantíssima cientista política. Tratava-se de desenvolver uma abordagem nova, centrada na política econômica, tal como a entendemos nos dias de hoje, e evitar as dezoito camadas de interpretações marxistas e afins da história econômica brasileira. Anos adiante, eu mesmo seria professor nesse curso, nesta ocasião em parceria com o cientista político Amaury de Souza. Mais adiante, a área de história econômica ficaria muito fortalecida com a chegada dos professores Winston Fritsch e Marcelo de Paiva Abreu, ambos autores de teses de grande qualidade para a Universidade de Cambridge; “interpretações definitivas”, era o que se dizia na UFRJ, especialmente antes deles saírem de lá. Novamente, era uma história de conflitos políticos e ideológicos que faziam vítimas. A convivência de Winston e Marcelo com a Professora Maria da Conceição e seus seguidores se tornou impossível em determinado ponto. A divisão de trabalho entre as escolas do Rio não seria uma questão de especialidades, segundo a qual a economia industrial e a história econômica teriam um espaço privilegiado na UFRJ, enquanto a macroeconomia e as políticas de estabilização seriam as áreas de concentração da PUC, por exemplo. Os ânimos não estavam muito pacificados, de tal sorte que as escolas “polares” em matéria ideológica pareciam propensas a transformarem-se em redutos, em flagrante sacrifício da qualidade acadêmica. Para um observador desta cena do começo dos anos 1980 não resta dúvida que a PUC ganhava espaço proporcional à radicalização de seus competidores.

O fato é que o fortalecimento da pesquisa em história da política econômica produziu várias boas teses de mestrado e em 1989 uma bela síntese desse esforço, o volume editado por Marcelo Abreu “A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica na República”, que hoje, aliás, encabeça a lista de leituras para os exames de economia brasileira da ANPEC.

Mas voltando ao primeiro semestre do mestrado, após a experiência de “O Estado e a Economia”, tive a sorte de ser escolhido pelo professor Edmar Bacha como monitor da cadeira de Macroeconomia 2, para a graduação, para a qual ele estava escrevendo um livro-texto. Não tinha tido Edmar como professor desta segunda cadeira de macro na graduação; ele só se integraria à PUC em 1979 vindo da UnB, eu já estava formado. Sorte deste grupo de alunos, muito bons por sinal, que teriam como professor, logo cedo, um

dos expoentes do pensamento econômico nacional. A má notícia para este grupo de alunos felizardos era o monitor, em absoluto pânico de responsabilizar-se por uma porção relevante das aulas, pela condução dos exercícios, correção de provas e pela redação de porções relevantes do livro em construção.

Essa monitoria durou três semestres no meio dos quais o livro já estava pronto e circulando (Edmar Bacha “Introdução à Macroeconomia: uma perspectiva brasileira”, editado pela Editora Campus, hoje esgotado, e com uma versão para professores, também esgotada, com o título *Análise Macroeconômica*, editada pelo IPEA em função de “grant” do Programa Nacional de Pesquisa Econômica). Em retrospecto, talvez tenhamos dedicado tempo demais a Michael Kalecki; eram os ares do tempo. O fato é que a partir daí as coisas aconteceram muito rápido. Depois dos cursos básicos, já estava engajado em uma tese de história econômica, tendo Edmar como orientador, sobre a política econômica na transição do Império para a República. Tive uma oferta de trabalho da parte do professor Luiz Correa do Lago então chefe do CEMEI (Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional), vinculado ao IBRE-FGV, e também professor da PUC, para tornar-me pesquisador. Era o meu primeiro emprego de verdade, carteira assinada e tudo, e de volta à FGV, depois da EBAP e da EPGE. Como o mestrado ainda estava em andamento, Luiz havia concordado com que parte do meu tempo fosse dedicado à minha tese. Foi uma época feliz, em que dividia meu tempo entre a PUC, as bibliotecas do Ministério da Fazenda e da FGV, e o CEMEI.

Já mais para o fim da tese, e no momento onde já me ocupava com os “*applications*” para o doutorado no exterior, Winston Fritsch assumia suas funções de professor em regime de tempo integral no Departamento e também o encargo de funcionar como orientador de minha tese. Logo adiante, a tese seria defendida com sucesso e posteriormente vencedora do prestigiadíssimo concurso promovido anualmente pelo BNDES para teses de mestrado em economia. No ano seguinte, outra tese da PUC em história econômica venceria o concurso (Sergio Besserman), e no ano seguinte um segundo lugar (Demóstenes Madureira de Pinho Neto). O concurso do BNDES, nestes anos, funcionava como uma espécie de “provão” para os cursos de mestrado. Muitos dos bons quadros do BNDES entraram para o banco através desta porta, uma vez que o

vencedor, e posteriormente também o segundo colocado, ganhava o direito de entrar para a carreira do banco tal qual em concurso público.

Naquele tempo as teses de mestrado eram muito maiores e mais pesquisadas que as de hoje. Não havia cursos de doutorado oferecidos em escala relevante, a pós graduação era o mestrado e a etapa seguinte, para quem quisesse prosseguir, era buscar o doutorado no exterior. A ANPEC tinha menos que uma dúzia de centros membros, dos quais, se a memória não me falha, apenas a USP e a EPGE ofereciam um doutorado. Se cada centro aceitasse uns 10 ou 15 inscritos, tínhamos uns 150 mestrados⁵ apoiados com bolsas da CAPES (Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ou do CNPQ (Centro Nacional de Pesquisas). Eram esses os mesmos financiadores para as bolsas de doutorado no exterior, para onde os alunos que se destacavam no mestrado da PUC eram ativamente estimulados a se dirigir. Tínhamos financiamento, excelentes cartas de recomendação, e o mestrado completo, o que aumentava muito as chances de aceitação numa universidade americana de primeira linha. Nesse aspecto, aliás, os vínculos entre professores da PUC e professores de diversas universidades americanas eram de grande utilidade. Minha defesa de tese ocorreu em meados de 1982, e em outubro já estava iniciando as aulas em Harvard.

2. De volta como professor, 1986-93

Teria muito o que dizer sobre a minha passagem por Harvard, mas não é este o objeto deste ensaio. Mantive intenso contato com a PUC durante todo o tempo em que estive em Cambridge (Massachusetts), e sempre tive clara a aspiração de voltar como professor, caso convidado, é claro. Estava em Cambridge por ocasião do movimento das “Diretas Já”, e também quando da eleição do Presidente Tancredo Neves e seu trágico falecimento. Foi de lá que vi a Nova República do Presidente José Sarney, e de lá acompanhei a efervescência dos economistas da PUC em torno das novas idéias sobre inflação e estabilização, que desaguariam, logo à frente no “Plano Cruzado”. Com efeito, o Cruzado capturou um tanto da mágica das “Diretas” e da excitação de se viver numa Democracia Plena, e também serviu para firmar a idéia que a competência profissional em assuntos de política econômica podia fazer muita diferença. Vários professores da

⁵ Este número, hoje, está em torno de 500, para 33 centros membros.

casa tiveram participação destacada no episódio, o que apenas engrandeceu o Departamento de Economia. Os resultados foram muito claros nos vestibulares, tanto para a graduação quanto para o mestrado, nos quais aumentou tremendamente a procura e subiu de forma igualmente extraordinária a qualidade dos alunos. Claro que o fracasso do Cruzado, debitada muito mais aos políticos que aos economistas, não representou uma perda de prestígio proporcional ao ganho anterior. O fato é que permaneceu a impressão de que a excelência na pesquisa acadêmica poderia resultar em que os economistas, os da PUC como os de qualquer outra parte, poderiam levar para a prática novidades que mudariam paradigmas na política econômica. Mesmo que um tanto romântica, esta mística passou a estar associada à PUC nos anos que se seguiram, contagiando alunos e professores. Em 1999, quando saí do BC e retomei minhas funções como professor de tempo integral notei que, como parte do trote, os calouros de economia, em vez de terem suas cabeças raspadas ou algo assim, eram forçados a fazer um juramento segundo o qual prometiam jamais aceitar cargos no Ministério da Fazenda ou no Banco Central. Não há dúvida que, em nossos dias, o estudante que entre na PUC já pensa em uma carreira que pode levá-lo ao setor público, o que faz todo sentido como medida de sucesso de um programa que, inicialmente, era de pós-graduação em “economia do setor público”. Em boa medida, depois do Cruzado, a PUC substituiria a EPGE na posição de principal escola de onde se recrutavam os quadros dirigentes da política econômica. Ao contrário do que esperavam alguns, notadamente nas escolas “alternativas”, isto não mudou com as eleições de 2002 e a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores. Tendo em vista os rumos da política econômica, e também a composição da diretoria do Banco Central (a primeira diretoria do BC, no governo Lula, chegou a ter quatro ex-alunos da PUC), fica claro que a liderança da política econômica deve caber a economistas afinados com os padrões internacionais da boa prática profissional.

A pesquisa era evidentemente o que fazia a equipe de professores da PUC tão especial. Foram as pesquisas de André Lara Resende, Edmar Bacha, Eduardo Modiano, Francisco Lopes, Pêrsio Arida, além dos já mencionados, que estabeleceram novas bases para o entendimento do fenômeno inflacionário no Brasil. Que não se confunda essa contribuição com a idéia de que existe uma “teoria da inflação inercial”, ou a tese de que a “inflação brasileira era puramente inercial”. A experiência do Cruzado talvez tenha sido

útil também, pelo lado das conseqüências indesejadas, em ensinar sobre as distorções a serem enfrentadas pelos que deixam a Torre de Marfim e vão para o mundo do “debate sobre a política econômica” ou para esta, diretamente. Aprende-se sobre “teorias” e “escolas de pensamento” que existem apenas no imaginário da imprensa e de economistas à margem do “*mainstream*”, e também sobre o aproveitamento que os políticos e “empreendedores de políticas”, expressão de Paul Krugman, fazem das idéias que vêm da Academia.

Vista de dentro, o Departamento de Economia era uma máquina delicada. A atividade de pesquisa, ou seja, a manutenção de Ph.Ds pesadamente treinados envolvidos “em tempo integral” em pesquisa, ressalvada apenas a docência (3 cursos por ano, no mestrado ou graduação, no mínimo), precisava basicamente de financiamento. O Departamento era um “case” de empreendedorismo do Terceiro Setor. Era preciso buscar “*funding*” externo para a pesquisa em bases competitivas. Sucessivamente, entidades como a Fundação Ford, IDRC, OCDE, UNCTAD, a própria FINEP e a CAPES, assim como convênios com a CVRD, eram os nossos “clientes”. Em boa medida, a mesma meritocracia que ordenava as métricas individuais de produção acadêmica, servia para o conjunto do Departamento quando este se apresentava diante de seus financiadores.

Para o jovem professor que se juntava ao grupo, o primeiro problema que se apresentava era o de encaixar-se em um desses projetos, a fim de que sua contribuição marginal para o “*funding*” do Departamento lhe permitisse acesso à chamada “complementação salarial”. Se fosse pro-ativo em buscar projetos, o professor poderia muito bem chegar a um bom nível de remuneração, como ocorria com todos na equipe. Salários competitivos eram essenciais para o moral da tropa e como política de retenção, ou seja, para que os professores não dedicassem parcelas muito relevantes do seu tempo à “consultoria”, cada vez mais bem paga, e um perigo a médio prazo para o Departamento, pois tendia a desviar a atenção dos professores da Academia para o jogo dos mercados ou para esta atividade mais “peso-leve”, o acompanhamento da conjuntura.

Lembro que, no início dos anos 90, eu era titular da cadeira de Análise Macroeconômica A (cadeira que precedia a que servi como monitor, anos antes), e a turma era justamente aquela conhecida como “a safra do Cruzado”, os que fizeram o vestibular para a PUC em 1986/7. Nesta turma estavam muitas estrelas em ascensão do

mundo financeiro e acadêmico, meninos e meninas que haviam começado como estagiários em instituições com Garantia, Pactual e Icatu e que, no quinto período de economia, já pareciam ganhar mais do que nós, seus professores. Havia certo exagero nisso, é claro, mas o fato é que fui testemunha do notável crescimento da agressividade da disputa pelos estagiários da PUC patrocinada pelos bancos de investimento da cidade. O recrutamento deixou de ser entre alunos dos últimos períodos e passou a ser no segundo ou terceiro no máximo, e de acordo com o CR (Coeficiente de Rendimento, ou algo assim), a média acumulada das notas do aluno. Nesta ocasião, o Departamento já havia implantado uma mudança segundo a qual os alunos de economia tinham de tomar a seqüência de matemática (cálculo diferencial e integral) do ciclo básico de engenharia, o que nos fornecia um “filtro” que antes funcionava nas primeiras disciplinas de economia, notadamente “Micro A”. Com a “antecipação” do funil, era mais fácil contratar um bom economista em formação já no terceiro período.

Na pós-graduação, além do curso básico de economia brasileira, ofereci com Winston o primeiro curso da seqüência de economia internacional, compreendendo os tópicos habituais de comércio exterior, as “novas teorias” e o investimento direto estrangeiro. Era uma junção maravilhosa entre o desenvolvimento de uma área de pesquisa, na qual eu e Winston vínhamos produzindo muito material, e o de uma área de concentração no curso de mestrado. Por conta de projetos de pesquisa patrocinados pelo BNDES, OECD, UNCTAD e WIDER, nós mantivemos uma produção regular e, acredito, inovadora, em tópicos de comércio, política comercial e industrial, investimento direto estrangeiro e suas influências sobre a economia brasileira.

Em paralelo, mantive meus interesses de pesquisa em hiperinflações, o que, curiosamente, vinha deixando de ser um tópico de história econômica para se tornar assunto de “conjuntura”. Com isso, o trabalho de traduzir e publicar capítulos de minha tese de doutorado adquiriu surpreendente atualidade. Era grande o interesse dos alunos, na graduação e no mestrado, por tópicos referentes ao fim de inflações muito altas. Era enorme o número de monografias (uma inovação bem-vinda na graduação, que fazia cada vez mais importante a habilidade de escrever, e que veio a ser implantada justamente quando me tornei coordenador da graduação) e teses sobre tópicos ligados à inflação. Foi interessante ver dois de meus alunos concorrerem ao Prêmio BNDES para teses de

mestrado em 1990 e 1991, ambos chegando em segundo lugar (Alberto Espejo e Marcelo Nery), e com teses tratando de tópicos relacionados à inflação. A inflação era o grande desafio da profissão, e os sucessivos planos econômicos colocavam os professores da PUC, com frequência, nas páginas dos jornais. Eu mesmo comecei a escrever regularmente em 1989, e em 1992 já era titular de uma coluna semanal na Folha de São Paulo. Algum tempo depois, em mais uma alteração ministerial, desta vez levando para o Ministério da Fazenda o então Ministro das Relações Exteriores, o senador Fernando Henrique Cardoso, recebi, junto com Winston, um convite para ir trabalhar em Brasília. Era maio de 1993, e logo adiante em outubro assumi a Diretoria de Assuntos Internacionais do BC. O Plano Real estava a caminho.

4. De volta à docência, 1999 em diante.

Quase sete anos depois, em março de 1999, depois de uma rica experiência no setor público⁶, e que não é assunto para este ensaio, estava de volta à PUC como professor em regime de tempo integral. Tive pouco tempo para preparar um curso a ser oferecido como matéria eletiva aos alunos do último ano, tratando de tópicos bastante atuais de política econômica. Na verdade, oportunidade para mim de estudar a literatura acadêmica produzida no período em que estive ausente e especialmente aquela tratando dos assuntos em que estive envolvido. Muita coisa tinha mudado na PUC. Antes mesmo de minha saída já se desenhava o fim do apoio da FINEP à universidade, um programa que financiava todas as engenharias e mais a economia. Na ausência desses recursos, a PUC precisou elevar para o dobro ou o triplo as matrículas, elevar as mensalidades e fazer ajustes nos salários dos professores⁷. Tempos difíceis, para ajustes inevitáveis, que mudaram um tanto a face da PUC. Para alguém retornando de um período de afastamento, o que mais saltava aos olhos era a enorme quantidade de alunos. A PUC, agora, vivia das mensalidades, e os “salários básicos” para os professores eram menores. Eu passaria a ganhar uma fração do que ganhava do Banco Central, o que não era

⁶ O leitor interessado nesta experiência terá um relato em “Seis anos de trabalho: um balanço (discurso de despedida)” em “O Desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, moeda e globalização” São Paulo, Editora 34, 1999.

⁷ Na verdade, o baixo valor das mensalidades era, em boa medida, devido a controles de preços em sucessivas tentativas de estabilização. Quando os aumentos passaram a depender de comprovação de necessidade através de planilhas de custo ficou fácil para a PUC, que tinha, digamos, pessoal qualificado para este tipo de diálogo.

propriamente um salário espetacular. A necessidade de engajar-se em projetos de pesquisa para fins de complementação salarial tornava-se imperiosa.

Fora da PUC as coisas tinham mudado também. Tínhamos agora dois concorrentes com cursos de graduação de peso que antes não existiam: a FGV e o IBMEC. Ambos seguiram “modelos de negócio”, se é que podemos falar nesses termos, muito semelhantes, oferecendo cursos de extensão (os MBAs) em grande escala e caríssimos, que serviam para financiar departamentos de pesquisa com PhDs em regime de tempo integral fazendo pesquisa e construindo a “*griffe*”. A FGV tinha de lidar com o fim das dotações orçamentárias federais, e o IBMEC era um empreendimento comercial desde o início. Lembro bem de Paulo Guedes, seu fundador, falando na “AMBEV do ensino”, enquanto entretinha a possibilidade de trazer fundos estrangeiros de “*private equity*” para investir no negócio. O fato é que as duas escolas absorveram grandes quantidades de doutores, ex-alunos da PUC e da própria EPGE. Eram departamentos maiores que a PUC, em número de professores de tempo integral com bons salários fixos, independente de produção acadêmica. É significativo que a PUC não tenha mudado muito o seu “modelo” durante a minha ausência, especialmente se comparada aos dois novos gigantes; na verdade, vem resistindo muito bem à concorrência. O número de alunos na PUC era bem maior, o que indicava uma “produtividade” consideravelmente maior por professor. Nunca foi adiante a idéia, amiúde acalentada, de o Departamento criar uma espécie de fundação para usar como veículo de “*fund raising*”. O Departamento de Economia estabeleceu uma rotina de eventos de “*fund raising*” baseados em apresentações dos professores sobre os dilemas da economia, sempre com o concurso de ex-alunos, ex-professores e simpatizantes. O Instituto de Estudos em Política Econômica (IEPE), conhecido com “Casa das Garças”, não tem ligação com o Departamento de Economia, é um empreendimento independente, que absorveu alguns professores e ex-professores do departamento e mantém sua própria agenda de pesquisa e debates, e boas relações com a PUC.

Do ponto de vista do ensino propriamente dito, mudou, para começar, o programa de pós-graduação. Por exigência da CAPES, o mestrado foi transformado num programa mais curto, que coloca os alunos no mercado de trabalho num período nunca superior a 2 anos, com tese defendida e tudo. Para a carreira acadêmica a alternativa é o doutorado,

que poder durar 4 ou 5 anos, com direito a uma bolsa “sanduíche”, ou seja, um financiamento para o aluno passar um semestre ou dois numa universidade americana de primeira linha. Ficaram bem mais difíceis as bolsas para doutorado no exterior como as que eu utilizei. A ênfase dos órgãos financiadores passava a ser o doutorado no Brasil. E mais, em uma palestra na PUC em 2005, um alto dirigente da CAPES, observou que não se repetiria “o mesmo erro” de bancar a fabricação de doutores de universidades americanas de primeira linha com viés neoliberal, para “trabalhar em banco”.

Uma bobagem como esta – manifestação de preconceito ideológico idiota da parte de militante indevidamente deslocado para cargo da burocracia acadêmica - já era muito difícil de se encontrar no ambiente acadêmico mesmo antes da ascensão do PT ao governo em 2002. Durante os anos em que estive em Brasília o “*mainstream*” avançou rápida e decisivamente em espaços como a ANPEC, sem, todavia, isolar completamente os “alternativos”, “marxistas” e esquisitos em geral, ainda muito influentes. A meritocracia avançou na direção de se tornar a linguagem universal da Academia, de tal sorte que os “dissidentes” cada vez mais se dedicam a carreiras não mais na Academia, mas nas páginas dos jornais ou no circuito de conferências e publicações “peso leve”, onde o rigor acadêmico é bem menor, ou mesmo em cargos públicos.